

A nova etapa do Plano de Educação para Todos

MURILIO DE AVELLAR HINGEL (*)

A grande prioridade nacional é a educação básica de qualidade. Nenhuma nação consegue sair da pobreza se não for capaz de assegurar a todos — crianças, jovens e adultos — uma escola que, ao invés de produzir o fracasso, tenha condições de garantir o sucesso escolar, oferecendo um ensino de qualidade e adaptação às condições de cada ambiente cultural.

A meta de uma escola de qualidade para todas as crianças precisa ser colocada em regime de máxima urgência. E se torna ainda mais premente em decorrência das omissões do passado. Os desafios existentes na educação brasileira são tantos que somente através de um amplo somatório de forças e energias sociais será possível superar os obstáculos existentes.

Foi diante desse quadro que o governo brasileiro, por intermédio do Ministério da Educação e do Desporto, lançou no ano passado o *Plano Decenal de Educação para Todos*. A metodologia de elaboração do Plano possibilitou uma ampla participação dos estados, dos municípios, das universidades e de vários segmentos da sociedade civil.

As metas estabelecidas pelo Plano Decenal são consensuais em todo o país. Basicamente,

visam à oferta de um ensino de qualidade a todas as crianças, reduzindo a repetência de forma substantiva. Têm também o objetivo de restaurar a importância pública do professor, mediante a revisão dos cursos de Licenciatura e das Escolas Normais e a adoção de novos padrões de carreira que assegurem uma remuneração profissional condigna.

Ao todo, 3.027 municípios e 22 dos 27 estados do país já fizeram os seus Planos Decenais, estabelecendo metas e assumindo compromissos públicos com a educação das crianças, dos jovens e dos adultos. A participação do município é da mais alta importância na luta pela recuperação da educação básica do país.

O Ministério da Educação tem tomado diversas medidas para implementar o Plano Decenal. Reestruturou a sistemática de financiamento, dotando-a de instrumentos eficazes de combate ao clientelismo e ao corporativismo. Os recursos já estão sendo repassados aos estados e municípios com maior rapidez e agilidade. Com o apoio do Banco Mundial, desenvolveu projeto no valor de US\$ 736 milhões destinado a recuperar a educação básica do Nordeste brasileiro. E tem mantido um permanente diálogo com os estados e os municípios,

em busca de uma efetiva valorização do professor, condição imprescindível para o êxito do Plano.

A próxima etapa do Plano Decenal é chegar à escola, lugar onde, de fato, ocorre a educação. Com o apoio do Conselho Nacional dos Secretários de Educação — Consed — e da União dos Dirigentes Municipais de Educação — Undime —, o Plano Decenal começa, agora, a ser debatido em 45 mil estabelecimentos da rede pública com mais de 100 alunos.

O debate do *Plano Decenal* nas escolas tem o objetivo de recolher novos e importantes subsídios para o seu aperfeiçoamento. Dar início à implementação do Plano, mediante a definição do compromisso da instituição escolar e consequente elaboração de seu projeto pedagógico. É importante a escola fazer o seu plano de ação e envolver a comunidade em sua execução.

Para assegurar o êxito desse debate, estou solicitando o apoio dos governadores e dos prefeitos de todo o país e de suas secretarias de Educação. Mas é importante contar com o apoio dos professores e diretores de escola. E também dos pais e mães de alunos, das crianças brasileiras e da comunidade próxima à escola.

A Comissão Estadual do Plano Decenal de

Educação para Todos, presidida pelo secretário de Educação, fornecerá, em cada estado, orientações às escolas sobre o período de realização do debate.

Em termos de educação básica, o Brasil não pode esperar mais. É necessário que todos somem esforços na luta que está em curso de recuperar o país através de uma escola de qualidade.

Os resultados obtidos com o debate nas escolas serão objeto de rigoroso exame em cada estado e, posteriormente, debatidos na Conferência Nacional de Educação para Todos, que será realizada em Brasília no período de 29 de agosto a 2 de setembro próximo, oportunidade em que novos compromissos serão publicamente firmados.

Todo o esforço feito pelo governo e pelos parceiros da sociedade civil nesta empreitada constrói-se na convicção de que nenhum país conseguiu ou conseguirá resolver seus problemas de desenvolvimento com justiça social, se não resolver os problemas de seu sistema educacional.